CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Dark Horse: PF rastreia R$ 6,17 milhões de fornecedores do ICB até ONG de Karina Gama

Relatórios financeiros apontam repasses à Academia Nacional de Cultura após pagamentos feitos pelo ICB; destino final dos recursos ainda é investigado.

Fonte original: Gazeta Mercantil. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	Gazeta Mercantil (gazetamercantil.com)
Autor	Júlia Campos
Data de publicação	15/09/2026 02:05
URL original	https://gazetamercantil.com/dark-horse-r-6-milhoes-icb-ong-karina-gama
Relevância	Alta · Investigação e Justiça · Reportagem
Pessoas citadas	Karina Gama, Flávio Dino, Mário Frias
Organizações	Academia Nacional de Cultura (ANC), Prefeitura de São Paulo, Complexsys, Supremo Tribunal Federal, Instituto Conhecer Brasil (ICB), Polícia Federal, Fastfuture Tecnologias Emergentes, Instituto Super Poder Educacional, Banco Master
Data da coleta	29/09/2026 10:21
Situação	No ar · última verificação 27/11/2026 14:35
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• A maior parcela saiu da Complexsys Soluções Integradas, que aparece em dois períodos diferentes com transferências de R$ 2.626.949,69 e R$ 1.308.986,33.

• O dado dá uma dimensão mais precisa da concentração das operações: Complexsys e Ultra IP, juntas, respondem por mais de 85% do dinheiro rastreado até a ANC. (defesa/posicionamento)

• A Complexsys e a Fastfuture também aparecem como prestadoras do ICB.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / Gazeta Mercantil

RESUMO

As duas organizações são presididas por Karina Ferreira da Gama, que também controla a Go Up Entertainment, produtora de “Dark Horse”, cinebiografia de Jair Bolsonaro. Quatro empresas enviaram R$ 6,17 milhões para a ANC Os relatórios de inteligência financeira analisados pelos investigadores apontam quatro empresas como responsáveis pelos R$ 6.175.273,64 enviados à Academia Nacional de Cultura. O acordo original previa aproximadamente R$ 108 milhões e a instalação de 5 mil pontos de Wi-Fi.

A Polícia Federal identificou transferências de R$ 6.175.273,64 para a Academia Nacional de Cultura (ANC) feitas por empresas que, nos mesmos períodos analisados, haviam recebido dinheiro do Instituto Conhecer Brasil (ICB), entidade responsável por um contrato milionário do programa WiFi Livre SP. As duas organizações são presididas por Karina Ferreira da Gama, que também controla a Go Up Entertainment, produtora de “Dark Horse”, cinebiografia de Jair Bolsonaro. Os registros financeiros foram destacados pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), na decisão que autorizou a Operação Make Up e reforçaram a suspeita dos investigadores de que recursos pagos pelo ICB a fornecedores podem ter retornado ao núcleo de entidades comandado pela empresária.

A movimentação, entretanto, não permite concluir que os R$ 6,17 milhões tenham sido usados na produção do filme. A investigação ainda tenta determinar a origem exata de cada parcela, a justificativa para os pagamentos à ANC e o destino posterior do dinheiro. O ponto considerado relevante pela PF é a repetição de um mesmo padrão: o ICB transferia valores a empresas contratadas para prestar serviços e algumas dessas companhias, posteriormente, faziam pagamentos à ANC. Para Dino, o conjunto apresenta indícios que justificam investigar eventual desvio de finalidade e lavagem de dinheiro, mas essas hipóteses ainda dependem de comprovação.

Quatro empresas enviaram R$ 6,17 milhões para a ANC

Os relatórios de inteligência financeira analisados pelos investigadores apontam quatro empresas como responsáveis pelos R$ 6.175.273,64 enviados à Academia Nacional de Cultura. A maior parcela saiu da Complexsys Soluções Integradas, que aparece em dois períodos diferentes com transferências de R$

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

2.626.949,69 e R$ 1.308.986,33. Somados, os dois valores chegam a R$ 3.935.936,02, equivalentes a aproximadamente 63,7% de todo o montante identificado pela investigação como recebido pela ANC nesse circuito.

A Ultra IP Tecnologia e Serviços transferiu outros R$ 1.336.201,50, aproximadamente 21,6% do total. A Fastfuture Tecnologias Emergentes aparece com R$ 603.136,12, ou 9,8%, enquanto a Distribuidora de Produtos LMS enviou R$ 300 mil, cerca de 4,9%. As quatro parcelas fecham exatamente os R$ 6.175.273,64 mencionados por Dino. O dado dá uma dimensão mais precisa da concentração das operações: Complexsys e Ultra IP, juntas, respondem por mais de 85% do dinheiro rastreado até a ANC.

Essas empresas aparecem nos documentos porque mantinham relações comerciais com o Instituto Conhecer Brasil. A Ultra IP, por exemplo, foi contratada para atividades ligadas à implantação e manutenção da estrutura de internet gratuita. A Complexsys e a Fastfuture também aparecem como prestadoras do ICB. A investigação busca estabelecer se os pagamentos feitos pelo instituto correspondiam integralmente a serviços efetivamente prestados e, principalmente, por que parte dos recursos recebidos pelas fornecedoras acabou sendo direcionada a outra organização presidida pela mesma pessoa que comandava o contratante original.

Relatórios sobre a própria ANC mostram valores muito menores

Um dos pontos que mais chamou a atenção de Flávio Dino foi a diferença entre os valores que aparecem nos relatórios financeiros das empresas pagadoras e aqueles identificados em uma comunicação referente diretamente à Academia Nacional de Cultura. Enquanto registros de terceiros indicam R$ 6,17 milhões destinados à entidade, uma comunicação financeira da própria ANC analisada pelas autoridades apresentava aproximadamente R$ 564 mil em créditos e R$ 524 mil em pagamentos no período observado.

Considerando apenas os créditos registrados nessa comunicação, os R$ 6,17 milhões identificados nos relatórios de terceiros representam quase 11 vezes o valor encontrado na conta da própria entidade. Essa diferença levou os investigadores a considerar a possibilidade de existência de outras contas bancárias que não apareciam no conjunto de informações analisado naquele momento. Não significa, por si só, que uma conta tenha sido ocultada deliberadamente, mas criou uma lacuna financeira relevante que a PF tenta preencher com quebras de sigilo, documentos bancários e material apreendido.

A questão é especialmente importante porque a ANC não aparece apenas como uma entidade periférica. Ela já havia recebido recursos de emendas parlamentares destinados a projetos culturais e, segundo os autos, realizou pagamentos a empresas da área de eventos e produção cultural. A investigação agora procura separar recursos provenientes de contratos privados, receitas próprias, emendas e eventuais transferências relacionadas às empresas contratadas pelo ICB, evitando tratar como uma única massa financeira valores que podem ter origens e finalidades distintas.

Contrato de Wi-Fi começou em R$ 108 milhões e chegou a R$ 157 milhões

O Instituto Conhecer Brasil firmou em 2024 uma parceria com a Prefeitura de São Paulo para implantação, operação e manutenção de pontos gratuitos de internet em comunidades da capital. O acordo original previa aproximadamente R$ 108 milhões e a instalação de 5 mil pontos de Wi-Fi. Posteriormente, termos aditivos elevaram o valor global da parceria para cerca de R$ 157 milhões e estenderam sua duração, enquanto a quantidade de pontos efetivamente implantados ficou em 3,2 mil.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

A Prefeitura de São Paulo contesta a interpretação de que tenha pago R$ 157 milhões integralmente ao instituto. A administração municipal informou que, no primeiro ano da parceria, foram repassados R$ 69,12 milhões, valor calculado com base em 3.200 pontos ao custo inicial de R$ 1.800 mensais durante 12 meses. Segundo a gestão municipal, essa remuneração abrangia equipamentos, conexão, instalação, mobilização de equipes e operação da rede. O município também sustenta que não houve pagamento por serviço inexistente e afirma que o programa segue em funcionamento.

O fluxo posterior dos recursos, porém, tornou-se objeto de investigação policial. A Polícia Civil de São Paulo já examinava suspeitas de irregularidades no contrato quando o caso passou a se conectar à investigação federal sobre emendas parlamentares. Com a presença de Mário Frias entre os investigados e a existência de recursos federais destinados a entidades ligadas a Karina Gama, parte das apurações chegou ao STF por causa da prerrogativa de foro do deputado.

Operação Make Up ampliou investigação sobre circulação do dinheiro

A Operação Make Up foi deflagrada pela Polícia Federal em 10 de setembro, com apoio da Controladoria-Geral da União, para investigar suspeitas de desvio de recursos provenientes de emendas parlamentares. Foram cumpridos 49 mandados de busca e apreensão em São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Distrito Federal. A PF investiga possíveis crimes de peculato, falsidade documental, lavagem de dinheiro, organização criminosa e irregularidades em contratações.

Segundo a investigação, uma das práticas sob análise seria a contratação de empresas intermediárias por organizações da sociedade civil que recebiam dinheiro público. Os investigadores tentam verificar se essas fornecedoras efetivamente prestaram os serviços declarados ou se algumas operações serviram para movimentar recursos entre diferentes pessoas jurídicas. A própria PF informou ter identificado movimentações de centenas de milhões de reais entre empresas integrantes do universo investigado, embora isso não signifique que todo esse montante represente dinheiro desviado.

No caso específico do ICB e da ANC, Dino considerou relevante o fato de uma entidade aparecer repetidamente como destinatária de dinheiro proveniente de empresas financiadas pela outra. O ministro afirmou na decisão que as movimentações apresentam indícios de retorno de recursos pagos ao instituto para a esfera de disponibilidade dos responsáveis pelas organizações, situação que, se comprovada a origem pública e a ausência de justificativa legítima, poderia caracterizar desvio e lavagem de dinheiro.

Outra triangulação terminou diretamente na Go Up

A PF também analisa uma segunda cadeia financeira, distinta dos R$ 6,17 milhões enviados à ANC, que terminou diretamente na Go Up Entertainment. Nesse caso, o ICB havia transferido R$ 700 mil para duas empresas ligadas ao mesmo grupo empresarial: R$ 400 mil para a Dinâmica Editora e R$ 300 mil para o Instituto Super Poder Educacional. Posteriormente, a NTT Brasil, administrada por empresário relacionado ao mesmo grupo, transferiu R$ 750 mil para a Go Up.

A proximidade entre os valores chamou a atenção dos investigadores, mas a própria apuração ressalva que ainda não está demonstrado que os R$ 750 mil enviados à produtora sejam exatamente os mesmos recursos públicos anteriormente pagos pelo ICB. Para estabelecer essa relação seria necessário comprovar a continuidade financeira entre uma operação e outra, e não apenas a coincidência de valores, pessoas e períodos. É justamente essa origem que a PF tenta rastrear.

A Go Up movimentou cerca de R$ 19 milhões entre 10 de novembro e 30 de dezembro de 2025, período que coincide parcialmente com as filmagens de “Dark Horse”, realizadas entre outubro e dezembro

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

daquele ano. Além dos R$ 750 mil da NTT, os documentos registram transferências feitas por Mário Frias e por outras empresas. Paralelamente, outra frente da investigação examina os aportes privados relacionados ao ex-controlador do Banco Master, Daniel Vorcaro, cuja participação no financiamento do projeto foi intermediada por Flávio Bolsonaro.

Destino dos R$ 6,17 milhões continua sendo a principal lacuna

Os documentos divulgados até agora permitem reconstruir com mais precisão como os R$ 6,17 milhões chegaram à Academia Nacional de Cultura, mas ainda não esclarecem integralmente o que aconteceu depois. Essa é uma diferença importante entre a movimentação da ANC e os registros da Go Up, para a qual foram localizados diversos pagamentos relacionados a despesas típicas de uma produção audiovisual, como hospedagem, alimentação e fornecedores cinematográficos.

No caso da ANC, a investigação encontrou uma incompatibilidade entre os valores recebidos segundo relatórios de terceiros e a movimentação disponível na comunicação financeira diretamente associada à entidade. A diferença tornou necessário localizar outras contas, extratos, contratos e notas fiscais para identificar o uso final do dinheiro. O fato de os repasses terem ocorrido em período próximo à produção de “Dark Horse” é considerado relevante pelos investigadores, mas coincidência temporal não basta para demonstrar que o dinheiro financiou o filme.

A defesa de Karina Gama afirma que a empresária tem colaborado com as autoridades e entregou mais de 20 mil páginas de documentos antes da Operação Make Up. Também sustenta que as atividades das entidades e empresas ligadas a ela são regulares. A Go Up apresentou perícia particular segundo a qual “Dark Horse” não recebeu recursos públicos. O levantamento busca demonstrar os gastos realizados com o filme no Brasil e nos Estados Unidos, embora a investigação continue examinando a origem de diferentes aportes.

A Prefeitura de São Paulo afirma que não identificou irregularidades no contrato do WiFi Livre e destaca que as movimentações financeiras realizadas pelas organizações depois dos pagamentos não integram diretamente a relação contratual do município. A administração municipal informa ainda que a Controladoria acompanha o caso e que o programa mantém 3.200 pontos instalados.

A apuração, portanto, ainda não permite afirmar que os R$ 6,17 milhões recebidos pela ANC tenham custeado “Dark Horse”. O que os documentos revelam é um circuito financeiro que a PF considera necessário explicar: dinheiro saía do ICB para empresas contratadas e parte dos valores retornava a outra entidade presidida por Karina Gama. A resposta sobre a finalidade dessas transferências e seu eventual vínculo com o filme depende agora da reconstrução das contas da ANC e dos documentos obtidos nas buscas.

Fontes:

Supremo Tribunal Federal – decisão de Flávio Dino que autorizou a Operação Make Up e registros sobre a circulação de recursos entre ICB, empresas contratadas e Academia Nacional de Cultura

Polícia Federal – informações da Operação Make Up, movimentações financeiras investigadas e suspeitas de desvio de recursos provenientes de emendas parlamentares

Controladoria-Geral da União – informações sobre a investigação de recursos públicos repassados a organizações da sociedade civil e empresas subcontratadas

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Conselho de Controle de Atividades Financeiras – relatórios de inteligência financeira citados nos autos sobre transferências envolvendo ICB, ANC e empresas investigadas

Prefeitura de São Paulo – informações sobre o contrato do programa WiFi Livre SP, valores efetivamente repassados, quantidade de pontos instalados e posicionamento sobre a execução da parceria

Agência Brasil – informações sobre a Operação Make Up, projetos financiados por emendas parlamentares e medidas determinadas pelo Supremo Tribunal Federal

Dark Horse

Fonte original: https://gazetamercantil.com/dark-horse-r-6-milhoes-icb-ong-karina-gama · Coletado em 29/09/2026 10:21 · Gerado em 27/11/2026 23:47

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.